

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

SENHOR PREGOEIRO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Governo do Estado de Rondônia  
Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

Ref: Pregão Eletrônico No. 786/2021/ALFA/SUPEL/RO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0033.226637/2021-80.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de material permanente (Computador, Teclado, Mouse Ótico, Monitor e outros, visando atender à Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, na expansão do Plano Estadual de Classificação no Estado de Rondônia

EVIMERO COMERCIO DE MOVEIS LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 10.477.147/0001-20, com sede Avenida Carlos Gomes nº 1468 – Bairro Centro Porto Velho / RO, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, vem através desta, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, referente ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 786/2021/ALFA/SUPEL/RO, conforme os fatos que segue:

#### 1 – DA TEMPESTIVIDADE:

Considerando que no dia 22/08/2022, foi apresentado a intenção de recurso. Assim com a apresentação de suas razões recursais no dia 25/08/2022, fica desde já comprovada a tempestividade do recurso pois apresentado dentro do prazo legal de 3 dias uteis. Nos termos da Lei de licitações.

#### 2 -DOS MOTIVOS

A empresa S A COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 05.976.162/0001-83 apresentou documentos de habilitação incompatível com o solicitado em edital em seu no Item 11- DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS; SUB ITEM 11.5.1.1 “11.5.1.1. Caso haja dúvida na especificação do objeto ofertado, a Pregoeira, antes da aceitação do item poderá convocar as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO; ”, e “11.5.2. A PROPOSTA, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, com PRAZO DE VALIDADE DE 90 DIAS.”

Sendo apresenta uma proposta com prazo descaracterizado ao mencionado no edital.

#### I. RESSALVA PRÉVIA

A Evimero manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho da Comissão de Pregão, equipe de apoio, e de todo o corpo de funcionários no âmbito deste Órgão. As divergências objeto do presente recurso referem-se unicamente à aplicação da Constituição Federal, da Lei de Licitações e Lei do Pregão em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afetam o respeito pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram.

#### II - DOS FATOS

Trata-se de Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO PARA O REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objeto Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes (cadeiras de escritório e moveis), com montagem, para atender a Secretaria de Estado da Justiça, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento.

O Órgão classificou como vencedora a empresa S A COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA para o item 10, No Adendo Modificador I Com Reabertura de Prazo, especifica em seu campo

11.5.2. A PROPOSTA, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, com PRAZO DE VALIDADE DE 90 DIAS.

Que a proposta deverá ter sua validade de 90 dias, o licitante em sua proposta informou 60 dias, o que esta em divergência com Edital.

Vale salientar também que o Item 12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS, deixa claro que apenas erros numéricos de preço, procederá correções necessárias para apuração da proposta.

No campo 11.7 fala que em HIPOTHESE alguma, convocará o licitante para reenvio da proposta de preço fora do prazo previsto no SUBITEM 11.5.1.1

“11.5.1.1. Caso haja dúvida na especificação do objeto ofertado, a Pregoeira, antes da aceitação do item poderá convocar as licitantes que estejam dentro do valor estimado para contratação, para enviar a PROPOSTA DE PREÇOS, com o item devidamente atualizado do lance ofertado, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, ANEXANDO NO SISTEMA COMPRASNET, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO;”

No item 11.5.1.1 deixa claro também que só permitirá a correção dentro do prazo e fala das duvidas das “ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO” e não no prazo de vigência da proposta.

“A desclassificação de proposta apresentada em desconformidade com o edital não configura formalismo exacerbado, mas, sim, respeito aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.”

#### – DOS FUNDAMENTOS

A exigência da proposta tem que esta em conformidade com edital a qual se objetiva justamente averiguar o comprimento da solicitação e prazo para validade dos produtos ofertado, com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, o não comprimento equivale a premiar conduta incompatível com a lei e penalizar a Recorrente e demais licitantes que possuem o direito de participar do certame em igualdade de condições.

Uma vez imposta a exigência de documentos tal qual prevista no Edital, certamente o Órgão procurou garantir a necessária objetividade no certame. Contudo, deveria ter solicitado maiores esclarecimentos sobre os laudos me questão.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

"Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes".

Ainda que se possa ventilar a discricionariedade administrativa por parte do Administrador Público diante das compras governamentais, é fato que a discricionariedade não pode servir de fundamento para justificar a aceitabilidade de documentos em desconformidade com o exigido no edital.

A Lei versa que a proposta que desviar do pedido do edital deverá ser desclassificada, conforme inciso I do artigo 48 da Lei 8666/93 (modalidades tradicionais), inciso X do artigo 4 da Lei 10520/2002 e § 2 do artigo 22 do Decreto 5450/2005 (modalidade pregão), in verbis:

Art.48. Serão desclassificadas:

I – As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação. (Lei 8666/93)

Logo, por medida de lisura e isonomia entre os licitantes, a empresa Recorrida deve ser desclassificada do certame, por claro desacordo com as exigências.

IV – DO PEDIDO

Isso posto, em face das razões expostas, requer a esta digna Comissão de Licitação o provimento do presente Recurso Administrativo para o fim de julgar procedente as razões ora apresentadas e RECONSIDERAR A CLASSIFICAÇÃO da Empresa S A COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 05.976.162/0001-83, por não apresentar proposta em conformidade no ato de sua solicitação, conforme instruídas neste edital

Requer ainda que, sendo diverso o entendimento da respeitosa Comissão seja remetido o presente recurso, juntamente com dossiê do processo, para a Autoridade do pregão, para análise e decisão final, segundo o art. 109, da Lei 8.666/93.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, 25 de Agosto de 2022

JOHNNWOEY RAMOS DE ARAUJO  
EVIMERO COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME

**Fechar**